



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.259, DE 14 DE MAIO DE 2025.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Pedro da Aldeia - REFIS 2025, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, Estado do Rio de Janeiro;

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS 2025, destinado a promover a regularização dos créditos tributários ou não tributários do Município, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, com os benefícios estabelecidos no artigo 2º desta Lei.

§ 1º O prazo para adesão se encerra em 90 (noventa) dias após a data da sua publicação, podendo ser prorrogado por meio de lei específica, mediante verificação do interesse público.

§ 2º A adesão ao programa se dará por meio de requerimento de parcelamento, expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º Os contribuintes que aderirem ao programa instituído no caput do artigo 1º desta Lei terão um desconto em percentual sobre as multas e juros, com base no número de parcelas, da seguinte forma:

- I** - 100 % (cem por cento) aos contribuintes que efetuarem o pagamento em até 5 (cinco) parcelas, bem como àqueles com débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujo valor total consolidado não ultrapasse o equivalente a 10 (dez) salários mínimos – R\$ 15.180,00 (quinze mil cento e oitenta reais) na data da adesão, permitindo-se, neste caso, o parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas, também com isenção integral de multas e juros;
- II** - 80 % (oitenta por cento) para o pagamento de 6 (seis) até 12 (doze) parcelas;
- III** - 50 % (cinquenta por cento) para o pagamento de 13 (treze) a 30 (trinta) parcelas.

§ 1º Para débitos superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), o parcelamento poderá ser realizado em até 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, com 100% (cem por cento) de desconto de juros e multa.

§ 2º Fica vedada a concessão parcial de regularização de créditos, tributários ou não tributários, por meio do Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS 2025.

§ 3º Para usufruir dos descontos mencionados neste artigo, o contribuinte deverá estar em dia com os tributos (IPTU, ISSQN, ITBI e TAXAS), objeto de adesão ao programa, correspondente ao exercício de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

§ 4º O valor mínimo de cada parcela será de:

- I** - R\$ 100,00 (cem reais), em se tratando de contribuinte pessoa física; e
- II** - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

Art. 3º Em tendo ocorrido parcelamento da dívida, o contribuinte poderá ter os benefícios desta Lei somente em relação às parcelas ainda não quitadas, cujo pagamento deverá ser feito nas condições do artigo 2º.

§ 1º Ocorrendo a opção pelo pagamento parcelado, o vencimento da primeira parcela se dará em no máximo 05 (cinco) dias da adesão ao programa.

§ 2º A regra estabelecida no art. 511 da Lei Complementar nº 104/2013 não se aplica aos parcelamentos realizados por meio desta Lei.

Art. 4º Caso haja atraso ou inadimplemento da parcela, sobre ela incidirá os devidos acréscimos legais vigentes constantes da LC nº 104/2013 (CTM).

Art. 5º Ficam estendidos os benefícios desta Lei aos débitos protestados e ajuizados, excluindo-se os custos cartorários e judiciais.

Art. 6º A inclusão do contribuinte na consolidação e parcelamento de que trata esta Lei sujeitá-lo-á às seguintes condições:

- I** - confissão irrevogável e irretratável de todos os débitos com a Fazenda Municipal;
- II** - acompanhamento fiscal específico;
- III** - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
- IV** - cumprimento regular das demais parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos e das contribuições com vencimento posterior à consolidação;
- V** - atualização cadastral do imóvel e do contribuinte com a respectiva apresentação dos documentos cabíveis;
- VI** - desistência de ações das impugnações ou recursos administrativos que tenham por objeto os débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, e renúncia a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos;
- VII** - renúncia aos direitos sobre os quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os débitos incluídos no REFIS 2025, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da lei processual, especialmente conforme alínea “c”, do inciso III, do caput do artigo 487, da Lei Federal nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 7º A fruição dos benefícios contemplados nesta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

Art. 8º A presente Lei não exime o Município de propor Ações de Execução Fiscal, de modo a evitar a respectiva prescrição, as quais terão seus acréscimos legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
GABINETE DO PREFEITO

Art. 9º O contribuinte atendido por esta Lei terá seus benefícios extintos nas seguintes hipóteses, mediante ato dos órgãos responsáveis:

- I** - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;
- II** - inadimplência, por três meses consecutivos ou quatro meses alternados, o que primeiro ocorrer;
- III** - decretação de falência, extinção, pela liquidação, cisão da pessoa jurídica ou recuperação judicial da empresa.

§ 1º A exclusão do contribuinte no Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS 2025 implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão, nas hipóteses dos incisos I e II deste artigo, produzirá efeitos imediatamente a partir do descumprimento dos mesmos.

Art. 10 Os pagamentos efetuados abrangidos por esta Lei serão alocados proporcionalmente, para fins de amortização do crédito consolidado, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado e cada tributo e contribuição, e o valor total parcelado.

Art. 11 Não optando pelas condições previstas na presente Lei, alternativamente, o contribuinte poderá optar pelo parcelamento do débito e demais condições previstas no Código Tributário Municipal.

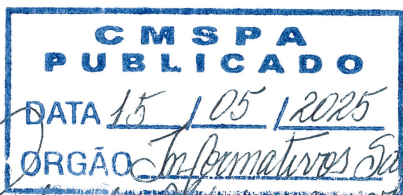
Art. 12 Ficam excluídos da presente Lei os créditos oriundos de condenação do Tribunal de Contas e do Simples Nacional.

Art. 13 A renúncia de receita prevista nesta Lei, em consonância com o que prescreve o artigo 14 da Seção II – da Renúncia de Receita, do Capítulo III – da Receita Pública, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF:

- a) não causarão impacto orçamentário-financeiro danoso nos exercícios de 2025, 2026 e 2027; e
- b) atendem ao disposto na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, 14 de maio de 2025.



FÁBIO DO PASTEL
Carlos Fábio da Silva
= Prefeito =